

**O SANEAMENTO COMO VETOR DE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NA
BAIXADA IGUAÇUANA: UMA ANÁLISE DOS CENSOS DE 2010 E 2022**

Gustavo Senra (gustavo.senra@hotmail.com)

O saneamento básico é um pilar fundamental para a saúde pública e o bem-estar social, sendo um direito fundamental no Brasil, conforme a Lei nº 11.445/2007 e o Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), que visam à universalização desses serviços. No entanto, a realidade em regiões como a Baixada Iguaçuana ainda está longe de atender a essas metas, revelando disparidades significativas e desafios persistentes. A Baixada Iguaçuana, que compreende sete municípios, tem um histórico de desenvolvimento urbano muitas vezes desordenado, o que contribuiu para a falta crônica de infraestrutura de saneamento. Para entender a dimensão desse desafio, este estudo compara dados de saneamento dos Censos de 2010 e 2022 do IBGE, a fim de traçar um panorama da evolução e das principais fragilidades da região.

O acesso à água potável, primeiro passo para a dignidade e a saúde, tem apresentado avanços, mas de forma desigual. O Censo de 2010 já indicava que, embora a maioria dos municípios tivesse acesso razoável à rede de abastecimento, havia áreas dependentes de poços e cisternas. O Censo de 2022 mostra melhorias, com municípios como Mesquita alcançando índices melhores, porém ainda deixando uma parcela da população sem acesso a rede geral de abastecimento. No entanto, em Japeri, os índices ainda são baixos,

refletindo a necessidade de políticas públicas mais robustas para as áreas mais vulneráveis. As comunidades periféricas, em particular, continuam enfrentando as maiores dificuldades, expondo a profunda desigualdade social e a urgência de ações focadas na universalização do serviço.

Se o abastecimento de água mostra algum progresso, o cenário do esgoto sanitário é significativamente mais crítico. A ausência de redes de coleta e, principalmente, de estações de tratamento de esgoto (ETEs) é um dos maiores desafios. O Censo de 2022 destaca que mesmo em municípios com alta porcentagem de domicílios conectados à rede geral, como São João de Meriti, a taxa de tratamento é praticamente inexistente. A maior parte do esgoto coletado é lançada in natura em rios e córregos, agravando a poluição e representando um grave risco para a saúde da população.

A situação em outros municípios reforça essa tendência alarmante. Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Belford Roxo as maiores cidades da região, foram acrescentadas no ranking dos 10 municípios do Brasil com menor taxa de coleta, corroborando a visão do urbanista e sanitarista Roberto de Magalhães Costa, que afirmou: "O saneamento é a base da saúde e da dignidade humana. Sem ele, qualquer avanço social é uma ilusão". A realidade da Baixada Iguaçuana ilustra perfeitamente essa citação, mostrando que a simples coleta, sem o devido tratamento, não resolve o problema, apenas o transfere.

A comparação entre os dados dos Censos de 2010 e 2022 evidencia que o progresso no saneamento da Baixada Iguaçuana é lento e desigual, com o tratamento de esgoto e de água permanecendo como a principal fragilidade. Para reverter esse quadro, são necessárias políticas públicas mais assertivas e investimentos estratégicos que priorizem a construção e modernização de estações de tratamento. A universalização do saneamento na região não é apenas uma questão de infraestrutura, mas de dignidade humana e de responsabilidade ambiental. Garantir que a população da Baixada Iguaçuana tenha acesso a serviços de saneamento de qualidade é um passo fundamental para construir um futuro mais justo e saudável para todos.

Palavras-chave: saneamento; desigualdade; baixada fluminense; baixada iguaçuana; direito; censo.